

Por que elegemos poucos jovens?



» FERNANDO HADDAD MOURA
Diretor executivo da Legisla Brasil

» SYNTHYA MAIA
Pesquisadora da Legisla Brasil

A ideia de que as novas gerações perderam o interesse pela política tornou-se uma explicação recorrente para a baixa presença de jovens nos espaços de poder. De fato, o número de jovens filiados aos 20 maiores partidos do país caiu cerca de 20%, entre 2018 e 2024, passando de 1,83 milhão para 1,45 milhão, de acordo com levantamento da Legisla Brasil. O cenário, porém, é mais complexo. Embora o afastamento dos partidos seja um problema real, não explica sozinho a escassez de jovens eleitos.

Um jovem que disputa uma vaga de vereador tem menos chance de se eleger do que candidatos com mais idade. Em 2024, candidatos de 18 a 20 anos se elegeram a uma taxa de 7,1%, enquanto candidatos de 35 a 44 anos atingiram 16% — mais que o dobro. Esse dado, revelado em nossa pesquisa “Juventudes e Participação Partidária”, que será lançada em 12 de agosto, Dia Internacional da Juventude, indica que o principal desafio da renovação política vai além de captar o interesse dos jovens para se filiar aos partidos; está no caminho entre a filiação e o mandato.

Para entender esse percurso, a pesquisa da Legisla combinou dados do Tribunal Superior

Eleitoral (TSE) com a escuta de quem vive a política partidária por dentro: foram 94 respostas a um questionário, 62 entrevistas com jovens que são ou foram filiados a 16 partidos de esquerda, centro e direita, e dois grupos focais que reuniram jovens de diferentes regiões do país. O estudo sugere que o distanciamento entre juventude e partidos é uma via de mão dupla: jovens se afastam porque encontram poucas oportunidades de participação, enquanto os partidos têm dificuldade de compartilhar efetivamente o poder com eles.

O desafio começa a aparecer antes da urna, no acesso às condições que tornam uma candidatura competitiva. Sob as mesmas regras e diante do mesmo eleitorado, as juventudes chegam à eleição em desvantagem. Em 2024, quase 30 mil jovens disputaram uma vaga de vereador, mas apenas 3.566 conseguiram vencer, representando 6% do total de vereanças eleitas. No mesmo pleito, uma candidatura jovem recebeu, em média, R\$ 23.028 em recursos partidários, o equivalente a 64% do valor destinado às candidaturas não jovens (R\$ 36 mil). A disputa era a mesma; as condições, não.

Já quando olhamos para os dados de reeleição entre vereadores, os jovens têm desempenho igual ou superior ao dos candidatos não jovens: 57,0% contra 53,6%, em 2020, e 64,6% contra 59,3%, em 2024. O que falta é, sobretudo, a chance de disputar a primeira eleição em condições minimamente comparáveis às das lideranças já estabelecidas.

Recursos de campanha, apoio das lideranças e acesso às redes internas raramente são distribuídos de maneira uniforme. A pesquisa mostra que os 18 partidos analisados mantêm organizações de juventude e 15 delas estão previstas em seus estatutos, mas apenas seis garantem a esses grupos direito a voto na direção nacional. Nenhum mantém

um mecanismo específico para financiar candidaturas jovens. Os números ajudam a explicar a percepção recorrente entre os entrevistados: os partidos reconhecem a importância das novas gerações, mas ainda relutam em compartilhar os instrumentos que decidem eleições e carreiras políticas.

Quando gênero e raça entram nessa equação, o funil se estreita ainda mais. Entre os jovens eleitos em 2024, menos de um quinto eram mulheres e mais da metade eram pessoas brancas. O cruzamento desses marcadores revela uma disparidade profunda: uma jovem mulher negra tem quase 10 vezes menos chance de ser eleita do que um jovem homem branco da mesma idade. A renovação política depende também da capacidade de ampliar quem consegue atravessar esse percurso.

Não por acaso, entre os jovens ouvidos pela pesquisa, uma das medidas mais defendidas foi a criação de mecanismos que garantam recursos e estrutura para suas candidaturas, a exemplo da política de cotas instituída para a participação feminina. Enquanto os partidos são obrigados a destinar parte do fundo eleitoral, do tempo de propaganda e da estrutura partidária às mulheres — o que é muito positivo —, não existe mecanismo semelhante para a juventude.

Mais do que ser chamados para panfletagem de rua, eles querem oportunidades reais para disputar as eleições. Renovar a política depende de abrir esse caminho. Sem recursos, apoio político e espaço para decidir, os partidos comprometem a formação das lideranças que ocuparão o Legislativo e o Executivo nas próximas décadas. Com isso, fragilizam a própria democracia e sua capacidade de responder aos desafios de uma sociedade que continua mudando mais rápido do que suas estruturas internas.

Ano eleitoral: da máquina desgovernada à pirotecnia fiscal



» VALDIR OLIVEIRA
Ex-secretário de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal

Na última sexta-feira, o Governo do Distrito Federal anunciou duas notícias de grande impacto: que a Capacidade de Pagamento do DF, a Capag, teria passado de C para A e que um déficit estimado em R\$ 5 bilhões teria sido revertido para uma projeção de superávit de R\$ 3 bilhões ao final de 2026.

O problema é que os números fiscais conhecidos até agora não sustentam essa comemoração. O exercício sequer terminou, o balanço anual não existe e projeções ou simulações não podem ser apresentadas como resultados consumados. Em ano eleitoral, isso tem outro nome: pirotecnia fiscal.

Há poucos meses, o diagnóstico da própria área econômica era de uma “máquina desgovernada”, com despesas contratadas sem orçamento e déficit bilionário. Agora, anuncia-se a passagem de um déficit de R\$ 5 bilhões para um superávit de R\$ 3 bilhões.

São R\$ 8 bilhões de diferença em poucos meses. De onde vieram? De novas receitas ou de uma redução efetiva das despesas? O Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do terceiro bimestre não explica uma virada dessa magnitude. Ao contrário, registra R\$ 1,788 bilhão de Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) já pagas em 2026 e mostra que a dotação autorizada passou de R\$ 43,57 bilhões para R\$ 46,72 bilhões, uma ampliação de R\$ 3,15 bilhões na autorização de despesas.

O DEA merece atenção. São despesas de anos anteriores pagas com recursos do orçamento atual. Uma avaliação conservadora considerou apenas metade dos R\$ 1,788 bilhão como pressão adicional sobre o caixa. Ainda assim, são quase R\$ 900 milhões do orçamento deste ano consumidos por despesas acumuladas de exercícios anteriores.

Mas, talvez o dado mais revelador esteja em junho. No encerramento do mês, R\$ 1,051 bilhão da folha de pessoal estava liquidado, mas ainda não pago. Em junho de 2025, eram R\$ 348 milhões. O valor praticamente triplicou. Despesa liquidada é uma obrigação já reconhecida. Se não é paga até o fechamento do mês, o dinheiro permanece no caixa, mas a obrigação continua existindo.

É como uma família comemorar o dinheiro que sobrou na conta antes de pagar todas as contas que já venceram. O saldo parece melhor naquele dia, mas parte daquele dinheiro já tem destino. Adiar o pagamento pode melhorar a fotografia do caixa. Não melhora a realidade das contas.

Os números reforçam essa preocupação. Até junho, foram empenhados R\$ 23,22 bilhões, liquidados R\$ 19,62 bilhões e pagos R\$ 17,91 bilhões. Portanto, R\$ 1,71 bilhão em despesas liquidadas ainda não havia sido pago. Ao mesmo tempo, o superávit primário de R\$ 1,70 bilhão convivia com R\$ 3,60 bilhões em despesas empenhadas ainda não liquidadas.

Outro dado ajuda a dimensionar o ajuste. O Decreto nº 49.044 cancelou R\$ 60,58 milhões em dotações destinadas principalmente à conversão de licença-prêmio em pecúnia para abrir cerca de R\$ 60 milhões para encargos previdenciários. Na prática, remanejou recursos de despesas de pessoal para outras despesas de pessoal. Cancelar a dotação não significa necessariamente eliminar a obrigação: o pagamento poderá reaparecer mais adiante. É mais um sinal de que parte da melhora anunciada decorre de rearranjos no próprio orçamento.

Há mais. Em junho, as despesas correntes empenhadas correspondiam a 94,91% das receitas correntes, praticamente no patamar de 95% que aciona medidas de contenção previstas na LDO. Em termos simples, para cada R\$ 100 de receita corrente, quase R\$ 95 já estavam comprometidos com despesas correntes.

A própria LDO de 2027 apresenta outra contradição. Enquanto o discurso anuncia superávit, o planejamento fiscal registra resultado primário negativo de R\$ 1,545 bilhão para 2026 e de R\$ 1,863 bilhão para 2027.

A Capag exige o mesmo cuidado. Não existe classificação definitiva das contas de 2026 antes de o exercício terminar. Os balanços precisam ser fechados e submetidos à metodologia oficial. Transformar uma simulação feita durante o exercício em Capag A é criar uma Capag antecipada, conveniente para a manchete política, mas diferente de uma classificação oficial.

A questão não é torcer contra a recuperação fiscal de Brasília. Ao contrário. Se a situação mudou de forma tão extraordinária, que os números oficiais demonstrem essa mudança. Se um déficit de R\$ 5 bilhões virou superávit de R\$ 3 bilhões, são R\$ 8 bilhões que precisam aparecer nos demonstrativos.

Talvez, a melhor contribuição que o Tesouro Nacional possa dar ao Distrito Federal seja atender à expectativa criada pelo próprio governo local: antecipar, se tecnicamente e legalmente possível, a análise das contas do DF e tornar pública a Capag que os números oficiais permitem atribuir hoje. Seria substituir entrevistas, projeções e simulações por uma avaliação técnica independente.

Se a Capag for A, Brasília saberá. Se não for, Brasília também precisa saber. Porque, em ano eleitoral, a melhor resposta à pirotecnia fiscal não é outra narrativa. É abrir as contas, fazer as contas e deixar que os números contem a verdade.



A escolha da sede do Tratado do Alto-Mar vai muito além da burocracia



» RICARDO MARTINS
Doutor em sociologia

Quando o Acordo da ONU sobre a Biodiversidade em Áreas Além da Jurisdição Nacional (BBNJ) entrou em vigor, em janeiro de 2026, foi o fim de quase duas décadas de negociações. Agora, a comunidade internacional conta com um marco jurídico vinculante para proteger a biodiversidade em alto-mar, regular recursos genéticos, criar áreas protegidas e fortalecer países em desenvolvimento. O tratado preenche uma das maiores lacunas do direito ambiental internacional. Como disse António Guterres, trata-se de “um marco fundamental para garantir um oceano resiliente”.

Mas uma questão política crucial continua aberta: onde será a Secretaria Permanente? Três cidades disputam: Valparaíso, Bruxelas e Xiamen. Parece apenas uma decisão administrativa, mas, na verdade, é profundamente geopolítica. O secretariado será o coração institucional do tratado, coordenando cooperação científica, implementação e futuras negociações. Trata-se, no fundo, de inclusão e legitimidade.

Por isso, o Brasil deve defender Valparaíso, e quem acredita em uma governança global mais equilibrada deveria apoiar esse esforço. Poucos países têm as credenciais marítimas do Chile, referência

em conservação e ciências oceânicas, além de tradição em sediar organismos internacionais. Valparaíso oferece porto estratégico, centros de pesquisa reconhecidos e infraestrutura moderna. O Secretariado seria instalado em prédio histórico, de frente para o Pacífico, próximo ao aeroporto internacional, com sistema especial de vistos e logística facilitada.

Além do simbolismo, há uma questão prática: acolher o Secretariado na América Latina seria um reconhecimento ao papel crescente do Sul Global e ao princípio do equilíbrio geográfico da ONU. Hoje, a maioria das instituições internacionais segue concentrada na Europa e América do Norte. Sediar o primeiro órgão universal da ONU na América Latina mostraria que a governança internacional não pertence só aos centros tradicionais de poder.

A candidatura belga não é fraca. Bruxelas tem infraestrutura diplomática de excelência, redes de especialistas e tradição multilateral. Mas enfrenta um desafio reputacional: a ministra da Justiça, Annelies Verlinden, que coordena a campanha, foi criticada por vínculos profissionais anteriores com a Sopra Steria e polêmica do projeto i-Police. Verlinden nega qualquer irregularidade, mas, para uma instituição da ONU, qualquer controvérsia lança dúvidas sobre transparência e confiança.

Além disso, Bruxelas simplesmente não precisa de mais uma grande instituição. A Europa concentra dezenas de organismos multilaterais (ONU em Genebra, Unesco em Paris, FAO em Roma, várias agências em Viena e Bonn). A Europa sedia 24 organizações e agências da ONU e 31 escritórios regionais. Faz sentido adicionar mais uma à região mais saturada do planeta?

O Tratado nasceu universal, e sua arquitetura institucional deve refletir isso. Instalar o Secretariado na América Latina, ou na Ásia, enviaria a mensagem de que o futuro da governança global deve ser mais inclusivo.

O debate vai além do endereço do Secretariado. A escolha da ONU deve refletir uma transformação da ordem internacional, com crescimento econômico, influência e ciência cada vez mais distribuídos entre Ásia, América Latina e outras regiões emergentes. Instituições que não se adaptarem correm o risco de perder relevância.

O Tratado do Alto-Mar busca fortalecer a cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento via transferência de tecnologia, capacitação e acesso equitativo aos recursos genéticos marinhos. Esses princípios ganham força se estiverem incorporados à sede do Secretariado.

Valparaíso reúne credibilidade científica, experiência marítima e equilíbrio geográfico. Se for possível, Xiamen ainda seria alternativa mais coerente que Bruxelas, já que a Ásia segue sub-representada apesar de seu peso crescente.

Essa decisão é uma chance de atualizar a distribuição da governança internacional. O mundo mudou, e as instituições precisam acompanhar.

O Acordo BBNJ foi criado para proteger um patrimônio global. Valparaíso oferece experiência, legitimidade e infraestrutura, além de uma oportunidade real de fortalecer a representatividade do Sul Global. Se não for possível, Xiamen ainda representa avanço. Bruxelas garantiria eficiência, mas o mundo anseia por maior representatividade.